



DÓLAR E BOLSA FECHAM EM ALTA EM MEIO A INCERTEZAS ENVOLVENDO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

O dólar fechou em alta de 0,24% nesta terça-feira (24), cotado a R\$ 5,254, tendo como pano de fundo os novos desenrolares da guerra no Oriente Médio.

Ainda sem sinais de trégua, o conflito escalou nesta madrugada em meio a ataques de Israel a instalações de gás iranianas. Horas depois, Teerã lançou uma nova onda de mísseis contra Tel Aviv. A retomada de ofensivas acontece um dia após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sinalizar uma possível rodada de negociações para encerrar o conflito, ainda que o Irã tenha negado conversas com Washington.

As incertezas impuseram aversão a risco aos mercados, com o dólar demonstrando força globalmente. O índice DXY, que compara a moeda a seis outras divisas fortes, subiu 0,4%, a 99,41, em sinal de busca dos investidores por ativos de segurança.

Wall Street fechou no negativo, com os três principais índices -S&P500, Nasdaq e Dow Jones- marcando perdas de até 0,8%. No Brasil, por outro lado, o Ibovespa avançou 0,31%, a 182.509 pontos, puxado pela disparada de mais de 2% dos papéis da Petrobras em meio ao avanço do petróleo no exterior.

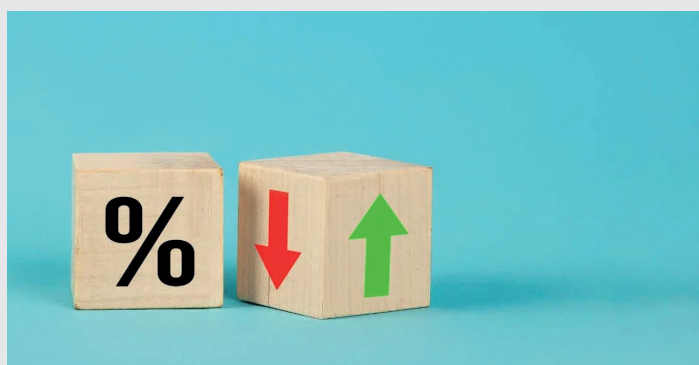
"O movimento reflete a

deterioração do ambiente de risco global diante da incerteza sobre a efetividade das negociações entre Estados Unidos e Irã", diz Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad.

"A ausência de sinais concretos de desescalada, combinada com declarações mais duras por parte de autoridades iranianas e a continuidade dos ataques na região, levou o mercado a reprecificar um cenário de conflito mais prolongado, com impacto direto sobre os preços de energia." Nesse contexto, o barril do petróleo Brent, referência internacional, voltou a bater US\$ 100. À tarde, avançava 4%, cotado a US\$ 103. Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Duração da queda de juros será decidida com o tempo diante de incerteza com guerra, diz Copom

Governo Lula congela R\$ 1,6 bi em despesas do Orçamento de 2026

Moraes fixa prazo de 90 dias para domiciliar a Bolsonaro, que precisará voltar a usar tornozeleira

BC vai limitar prestação de serviços no mercado de câmbio a instituições autorizadas



Governo quer que apps de entrega exibam divisão de ganhos entre trabalhador e plataforma



NO MUNDO

Trump insiste que Irã quer acordo e volta a dizer que venceu guerra

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a dizer nesta terça (24) que venceu a guerra contra o Irã, muito embora insista que os supostos vencidos estejam negociando um acordo para encerrar o conflito algo que Teerã nega enquanto continua a atirar projéteis contra Israel e aliados árabes de Washington no Oriente Médio.

No Salão Oval da Casa Branca, durante cerimônia que oficializou a posse do novo secretário de Segurança Interna, Markwayne Mullin, Trump respondeu perguntas de repórteres e afirmou que o Irã já concordou em nunca produzir uma bomba atômica.

"Eles concordam em nunca ter uma arma nuclear. Eu não quero me adiantar, mas eles concordaram, eles nunca terão uma arma nuclear", disse o republicano, sem esclarecer como essas conversas, que Teerã



diz não existirem, estariam sendo conduzidas e por quem exatamente. Ele citou seu genro, Jared Kushner, seu enviado especial Steve Witkoff, o vice-presidente J. D. Vance e o secretário de Estado, Marco Rubio.

A mudança de regime no Irã, um dos objetivos iniciais da guerra que deixou aos poucos a comunicação oficial da Casa Branca, foi retomado por Trump com certa liberdade conceitual que é desafiada pela realidade no terreno, ao menos a partir das reações vindas do Irã, que nesta terça lançou ataques contra Tel Aviv, além do Kuwait, Bahrein e Arábia Saudita.

"Nós temos mudança de

regime, essa é uma mudança no regime, porque os líderes são todos muito diferentes daqueles que criaram todos esses problemas. Então acho que podemos dizer que isso é uma mudança de regime, certo?", afirmou aos jornalistas na Casa Branca.

"Nós matamos toda a liderança deles. Depois escolheram novos líderes e matamos todos. Agora temos um novo grupo, e podemos fazer isso facilmente [de novo], mas vamos ver como eles se saem", disse.

Referindo-se novamente às supostas negociações, Trump afirmou ainda que a República Islâmica "deu um presente" para os EUA nesta segunda.

Folhapress

Príncipe saudita pressiona Trump a manter guerra contra Irã, diz jornal

O príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman tem pressionado o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a manter a guerra contra o Irã, tratando a ofensiva como uma chance de redesenhar o Oriente Médio. A informação é do New York Times.

Conversas recentes entre Mohammed bin Salman e Trump trataram do rumo da campanha militar dos EUA e de Israel contra o Irã. De acordo com pessoas informadas por autoridades americanas, o líder saudita defendeu que Washington siga até enfraquecer decisivamente o governo linha-dura em Teerã.

O príncipe argumentou que o Irã representa uma ameaça de longo prazo ao Golfo e que a guerra deveria mirar a estrutura de poder do país. Segundo os relatos, ele também defendeu ataques contra a infraestrutura de energia iraniana como forma de reduzir a capacidade do governo iraniano.

Em público, Trump alterou sinais de desescalada e de possível ampliação do conflito. Ontem, ele disse que houve contatos com Teerã, mas o Irã contestou a ideia de que negociações estivessem em curso.

O governo saudita rejeitou a versão de que Mohammed bin Salman esteja atuando para prolongar a guerra. Em nota, Riad afirmou que defende uma saída negociada e que mantém contato com a Casa Branca.

"O reino da Arábia Saudita sempre apoiou uma resolução pacífica para este conflito, mesmo antes de começar. Nossa principal preocupação hoje é nos defendermos dos ataques diários ao nosso povo e à nossa infraestrutura civil. O Irã escolheu uma política de risco perigosa em vez de soluções diplomáticas sérias. Isso prejudica todas as partes envolvidas, mas nenhuma mais do que o próprio Irã", disse o governo Saudita, em comunicado.

Folhapress

Israel diz que Exército vai ocupar o sul do Líbano de novo



Enquanto o foco da guerra no Oriente Médio se desloca para o adiamento do ultimato de Donald Trump ao Irã, em outra frente Israel anunciou que irá ocupar militarmente o sul do Líbano mais uma vez, algo que fez de 1982 a 2000.

"As Forças de Defesa de Israel irão controlar as pontes remanescentes e a zona de segurança até o rio Litani", disse o ministro Israel Katz (Defesa) nesta terça-feira (24), colocando em palavras o que a prática no campo de batalha já desenhava.

"As cinco pontes usadas pelo Hezbollah foram destruídas" sobre o Litani, disse Katz. O rio marca o limite

da zona de exclusão que havia sido consagrada pela resolução 1701 da ONU, que tratou do cessar-fogo da guerra de 2006 entre o grupo pró-Irã libanês e o Estado judeu.

Isso gera temores no Líbano de uma anexação definitiva por parte do vizinho, como defendem abertamente os partidos de direita religiosa que integram a coalizão de Binyamin Netanyahu, advogados da ideia de um Grande Israel.

O Hezbollah disse que irá combater a ocupação. "É um risco existencial para o Líbano como um Estado", disse o deputado Hassan Fadlallah à agência Reuters.

O território tem 850 km² (pouco mais que a

área de Campinas, SP) e, no ponto mais ao norte, fica a 30 km de Israel. Na trégua estabelecida em 2024 entre os rivais após o Hezbollah atacar Israel em apoio ao Hamas na guerra pela Faixa de Gaza disparada pelos terroristas palestinos um ano antes, a área deveria ficar sob controle do Líbano.

Na prática, isso nunca aconteceu plenamente. O governo libanês quer retirar o controle militar histórico que o Hezbollah tem na região, mas não dispõe de força suficiente. E Israel, que deveria ter se retirado, manteve cinco pontos de controle e inúmeros ataques a posições rivais desde o cessar-fogo.

Igor Gielow/Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

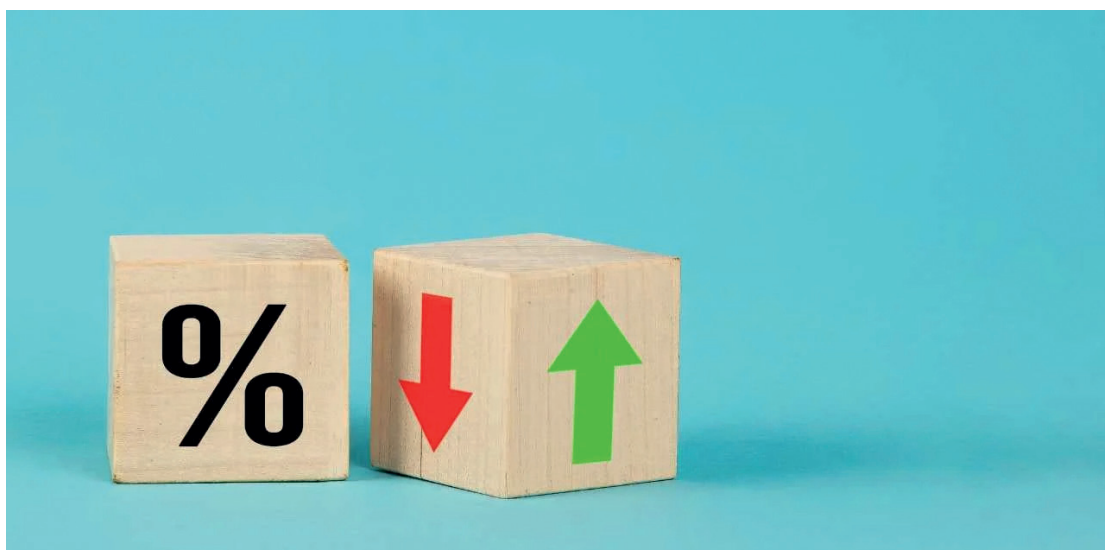
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Duração da queda de juros será decidida com o tempo diante de incerteza com guerra, diz Copom



Diante da incerteza provocada pela guerra no Irã, a duração e a intensidade do ciclo de queda de juros serão decididas pelo Copom ao longo do tempo, mostra ata divulgada pelo Banco Central nesta terça-feira (24). Sem sinalizar seus passos futuros, o colegiado do BC deixou a próxima decisão em aberto. A ideia do Copom é ter mais clareza da profundidade e da extensão do conflito no Oriente Médio antes de definir quais serão os movimentos seguintes.

"O Comitê estabeleceu que a magnitude e a duração do ciclo de calibração serão determinadas ao longo do tempo, à medida que novas informações forem incor-

poradas às suas análises", afirmou.

"Essa decisão é compatível com o cenário atual, no qual a duração e extensão dos conflitos geopolíticos, assim como sinais mistos sobre o ritmo de desaceleração da atividade econômica e seus efeitos sobre o nível de preços, dificultam a identificação de tendências claras", acrescentou.

O Copom iniciou na última quarta-feira (18) o ciclo de queda de juros e reduziu a taxa básica (Selic) em 0,25 ponto percentual, de 15% para 14,75% ao ano. Em ata, ressaltou os efeitos dos juros altos sobre a atividade econômica e sobre a inflação para justificar o primeiro corte.

"O comitê analisou as opções para o ritmo de início do ciclo de calibração da taxa básica de juros, concluindo que nesse momento a redução de 0,25% é a mais adequada", afirmou. Segundo o colegiado, a "calibração" da política de juros manteria a Selic em um nível alto o suficiente para seguir contraindo a economia, de forma a ajudar a levar a inflação em direção à meta.

Esse foi o primeiro corte da Selic em quase dois anos e o primeiro da gestão de Gabriel Galípolo no Banco Central. A última queda tinha sido registrada em maio de 2024, quando Roberto Campos Neto ainda era presidente da autoridade monetária.

Folhapress

BC vai limitar prestação de serviços no mercado de câmbio a instituições autorizadas



O Banco Central vai restringir a instituições autorizadas a prestação de serviços de pagamento e transferência internacional por meio de operações agregadas de câmbio -modelo conhecido como eFX.

A medida tem como objetivo abrir um canal de comunicação direto com esses agregadores, facilitando o acesso a informações, a checagem de controles e o trabalho de supervisão. A mudança faz parte de um esforço do BC para reforçar a segurança do sistema financeiro.

O tema está sendo discutido internamente no BC desde o ano passado, quando foi realizada uma consulta pública para coleta

de subsídios. A expectativa é que o desenho final da proposta seja levado para a diretoria colegiada entre o segundo e o terceiro trimestre deste ano.

Os serviços de eFX são, de forma geral, operações cambiais realizadas em lote. Ou seja, a instituição agrega transações de pequenos valores feitas pelos clientes e faz uma operação com o montante consolidado. Esse modelo traz mais rapidez e simplicidade para pagamentos e transferências internacionais.

Essas transações podem incluir desde pagamentos internacionais, transferências de dinheiro entre contas em diferentes países, até aquisição de bens e serviços no exterior.

Fiscalização da ANP tem 11 autuados por indícios de preços abusivos

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autuou dez distribuidoras e uma atacadista por indício de preços abusivos na comercialização de combustíveis. O resultado é saldo da primeira semana de fiscalização após a publicação da Medida Provisória (MP) 1.340, que aumenta a multa para essa prática.

Da segunda (16) a sexta-feira (20) da semana passada, a ANP fiscalizou 154 estabelecimentos, sendo 128 postos de combustíveis, 24 distribuidoras e dois postos flutuantes, em mais de 50 cidades em 11 estados e no Distrito Federal. O detalhamento das ações foi divulgado nesta terça-feira (24).

As ações de fiscalização foram realizadas na esteira da MP 1.340, que agrava as penas da Lei do Abastecimento Nacional de Combustíveis para elevação abusiva de preços ou recusa de fornecimento de combustíveis, com multas de R\$ 50 mil a R\$ 500 milhões, dependendo da gravidade e do porte do infrator.

A ANP participou de uma força-tarefa que contou

com presença da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Polícia Federal e de órgãos de defesa do consumidor nas três esferas de governo – União, estados e municípios.

Em um dos autos de infração, a ANP apontou que o estabelecimento, em Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, apresentou "descolamento significativo entre a variação dos custos e os preços praticados, indicando expansão relevante da margem bruta da distribuidora".

Durante as diligências, a agência reguladora vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) coletou dados de preços e notas fiscais de aquisição dos combustíveis. As informações serão analisadas e podem resultar em novas atuações e processos administrativos.

Bruno Moura/ABR



Podem atuar nesse mercado instituições de pagamento, corretoras de câmbio, bancos comerciais e diversos outros tipos de instituições. Ao todo, operam de 100 a 150 prestadoras de eFX no país atualmente.

Algumas delas, contudo, hoje não são autorizadas a funcionar pelo BC e trabalham em parceria com entes regulados. Nesses casos, as informações são obtidas pelo regulador de maneira indireta. A ideia agora é encurtar o caminho de prestação de contas.

Ao receberem autorização de funcionamento, as prestadoras de serviços de eFX terão de reportar periodicamente ao BC informações sobre as movimentações realizadas.

Folhapress

POLÍTICA

Governo Lula congela R\$ 1,6 bi em despesas do Orçamento de 2026



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira (24) um bloqueio de R\$ 1,6 bilhão em despesas do Orçamento de 2026, para compensar um aumento na previsão de gastos com BPC (Benefício de Prestação Continuada) e programas ligados à educação.

Essa é a primeira avaliação das receitas e despesas deste ano, e os números ainda podem mudar ao longo dos próximos meses, com necessidade de maior aperto ou espaço para liberação de recursos.

Até agora, porém, as projeções mostram um cenário mais benigno do que em 2025, quando o governo precisou, logo de cara, congelar R\$ 31

bilhões em gastos e ainda aumentar o IOF para evitar uma contenção ainda maior. Naquela ocasião, a primeira avaliação foi feita em maio, dado o atraso na aprovação do Orçamento.

Em ano eleitoral, o cenário de menor bloqueio ajuda o governo a evitar desgastes políticos e também impactos negativos sobre o andamento de obras ou políticas que podem contribuir para alavancar a popularidade do governo.

O bloqueio é um dos dois instrumentos possíveis para assegurar o respeito a regras fiscais. O outro é o contingenciamento, usado quando há frustração na arrecadação a ponto de colocar em risco a meta fiscal, que mira o saldo entre receitas e despesas.

Neste relatório, não houve necessidade de adotar o contingenciamento, segundo as estimativas.

A meta fiscal para 2026 prevê superávit de R\$ 34,3 bilhões, mas a margem de tolerância permite um resultado zero. No entanto, algumas despesas podem ser descontadas desse cálculo, com aval do Congresso Nacional ou do STF. Essas exceções somam R\$ 63,4 bilhões, de acordo com o relatório.

Na prática, o governo prevê um superávit de R\$ 3,5 bilhões para efeitos de meta fiscal, mas o resultado efetivo das contas deve ser um déficit de R\$ 59,8 bilhões - e é esse desempenho que influencia a trajetória da dívida pública.

Folhapress

Moro se filia ao PL ao lado de Flávio em evento com acenos a Ratinho Jr. e críticas a Lula

O senador Sergio Moro se filiou ao PL nesta terça-feira (24) para concorrer ao Governo do Paraná, em evento ao lado do também senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República. A esposa de Moro, a deputada Rosângela Moro (PR), tal qual o marido, trocou o União Brasil pelo PL, onde vai disputar a reeleição.

Em seu discurso, Moro afirmou que o Paraná não vai faltar a Flávio, mas também acenou ao governador Ratinho Jr (PSD-PR), que desistiu, nesta segunda (23), de concorrer ao Palácio do Planalto para tentar emplacar um sucessor no Paraná. Moro afirmou que dará continuidade a boas políticas de Ratinho no estado.

"O Paraná vai ser a nossa fortaleza. [...] Vamos dar continuidade nas boas coisas que o atual governo fez, o governo Ratinho, mas vamos buscar também um governo de excelência,

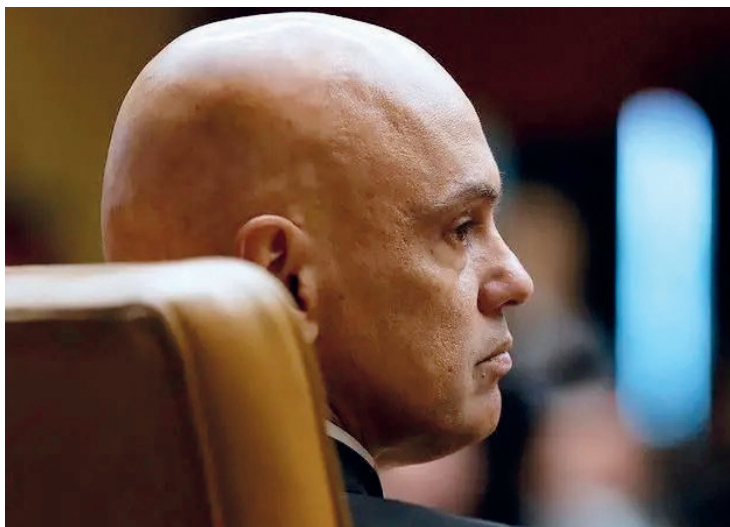
de mudança", disse Moro, ressaltando que conta com Flávio no Planalto para realizar os sonhos que almeja para o estado.

A respeito da desistência de Ratinho, Flávio elogiou o governador, mas afirmou que não havia entendido a decisão dele, em primeiro lugar, de ser candidato a presidente, pois "não tinha nenhuma razão". Há duas semanas, o PL pediu que Ratinho retirasse sua candidatura para ser candidato a vice-presidente na chapa bolsonarista, mas ele recusou, mantendo a posição de disputar o Planalto.

"Eu quero ele bem, gosto dele, admiro o seu trabalho. Sinceramente, não estava entendendo o movimento de ele ser candidato a presidente. Não tinha razão para isso. Aí tem que saber o que o motivou a se lançar e depois voltar atrás. [...] O Ratinho é sempre um bom quadro para compor com a gente a nível nacional", disse Flávio.

Folhapress

Moraes fixa prazo de 90 dias para domiciliar a Bolsonaro, que precisará voltar a usar tornozeleira



O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou nesta terça-feira (24) a prisão domiciliar humanitária ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por um prazo inicial de 90 dias. Bolsonaro terá de usar tornozeleira eletrônica e ficará proibido de usar as redes sociais ou de gravar áudios ou vídeos.

O descumprimento das medidas cautelares poderá acarretar a volta para o regime fechado, alertou o relator, em decisão assinada nesta terça-feira (24). A casa de Bolsonaro, localizada em um condomínio no Jardim Botânico, em Brasília, será vigiada pela Polícia Militar do Distrito Federal. Moraes também proibiu acampamentos ou aglomerações no raio de um

quilômetro da residência.

O pedido de prisão domiciliar vinha sendo feito pela defesa desde antes do cumprimento definitivo da pena por tentativa de golpe de Estado. A sentença de 27 anos e três meses de prisão, imposta pela Primeira Turma do STF, começou a ser cumprida em novembro do ano passado, inicialmente na superintendência da PF (em Brasília e depois na chamada Papudinha).

Segundo a ordem de Moraes, o prazo de 90 dias vai começar a ser contado a partir de sua alta médica, "para fins de integral recuperação da broncopneumonia". Transcorridos os três meses, "será reanalisada a presença dos requisitos necessários para a manutenção da prisão domiciliar humanitária, inclusive com perícia médica se

houver necessidade."

Em casa, Bolsonaro vai poder receber os filhos, mas sob os mesmos horários e regras da Papudinha, que prevê visitas às quartas e sábados, entre 8h e 16h. Os advogados podem visitá-lo todos os dias, por trinta minutos por dia, mas precisam agendar previamente com o 19º Batalhão da Polícia Militar. Já os médicos do ex-presidente têm acesso livre.

As demais visitas ficam suspensas, "para resguardar o ambiente controlado necessário, principalmente para se evitar o risco de sepse e [manter o] controle de infecções", escreveu Moraes. "Qualquer visita a outro morador da casa está, igualmente, vedada, salvo autorização judicial específica", salientou o ministro.

Folhapress

NEGÓCIOS

Governo quer que apps de entrega exibam divisão de ganhos entre trabalhador e plataforma



O ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, anunciou nesta terça-feira (24) uma portaria interministerial que pretende obrigar os aplicativos de entrega e mobilidade a exibir nos preços qual será a divisão de ganhos entre trabalhadores e plataformas.

A portaria foi assinada nesta terça-feira pelo Secretário Nacional de Defesa do Consumidor e entra em vigor em 30 dias. O texto determina que os aplicativos apresentem um quadro-resumo com a divisão de ganhos para empresas, motoristas ou entregadores, e restaurantes, quando houver. "Os valores deverão ser apresentados de forma clara, ostensiva e adequada para cada um dos componentes, e em moeda corrente", diz o texto

assinado pelo Secretário Nacional do Consumidor, Ricardo Morishita Wada.

Na exposição de motivos da medida, o Ministério da Justiça escreve que a falta de detalhamentos dos preços compromete a compreensão da oferta e pode distorcer a formação da vontade. "Na prática, a opacidade da composição e da destinação de preços limita a capacidade de escolha. Dois serviços podem apresentar o mesmo valor total, com estruturas de distribuição distintas."

A Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia) foi procurada pela reportagem para comentar a medida, mas ainda não se manifestou. Assim que a entidade enviar um posicionamento, ele será incluído na matéria.

Também apresentado nesta terça-feira, o relatório

do grupo de trabalho de entregadores por aplicativo -que reúne governo e representantes da categoria- insiste num piso mínimo de R\$ 10 por entrega, que é ponto de divergência com empresas do setor no projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposta será defendida pelo governo federal junto ao relator do projeto de lei complementar 152/2025, Augusto Coutinho, que não participou do evento desta terça.

O projeto, hoje em discussão na Câmara dos Deputados, vai regular o trabalho por aplicativo no Brasil. Se aprovado, deve prever contribuição para a Previdência Social, valor mínimo de fretes e um teto de 30% na taxa cobrada pelas plataformas sobre o valor da corrida.

Folhapress

Novo leilão do aeroporto do Galeão deverá ter disputa entre Zurich, Aena e Changi/Vinci

O novo leilão do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ) deve atrair três concorrentes, segundo fontes ligadas ao processo. Foram apresentadas propostas pelo atual operador, o consórcio formado por Changi e Vinci Compass, além da Aena e da Zurich Airport.

O certame está marcado para a próxima segunda-feira, 30, na sede da B3, em São Paulo. O edital prevê a realização de um processo competitivo simplificado, com lance mínimo de R\$ 932 milhões pela operação do aeroporto.

O documento estabelece ainda a cobrança de uma contribuição variável de 20% do faturamento bruto da concessionária até 2039, além da saída da Infraero da administração até março de 2026.

Atualmente, a União, por meio da Infraero, detém 49% da concessionária RioGaleão, enquanto a fatia restante pertence a Vinci e a

Changi Airports International (CAI), de Cingapura. A Vinci entrou no negócio em outubro de 2025, após adquirir 70% da participação da acionista original.

No início de 2022, a Changi chegou a manifestar a intenção de devolver a concessão, alegando frustração na demanda em relação às projeções iniciais, mas posteriormente recuou. Desde então, o poder público busca alternativas para reequilibrar o contrato. Em junho de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a repactuação por meio do modelo de venda assistida, que inclui a realização do novo leilão.

No certame, o atual operador disputará a concessão com outros dois grupos.

A espanhola Aena opera 17 aeroportos no Brasil, incluindo Congonhas (SP). A suíça Zurich Airport também atua no País, sendo a responsável pelo terminal de Florianópolis (SC), por exemplo.

IstoÉDinheiro

Mercado Livre anuncia investimento de R\$ 57 bilhões no Brasil em 2026



O Mercado Livre planeja investir R\$ 57 bilhões no Brasil em 2026, seu principal mercado. O valor representa alta de 50% em relação aos R\$ 38 bilhões aportados no ano anterior e um salto relevante frente aos R\$ 2 bilhões investidos em 2019.

Os recursos, que incluem investimentos e despesas operacionais, serão destinados principalmente à expansão da malha logística, ao fortalecimento da operação de marketplace e ao avanço do Mercado Pago.

Como parte do plano, a companhia prevê a abertura de 14 novos centros de distribuição no modelo fulfillment, elevando a rede para 42 unidades no País, o que representa um cresci-

mento de 50% no número desse tipo de CDs. Segundo o vice-presidente executivo de Commerce da companhia na América Latina e líder da operação brasileira, Fernando Yunes, o aumento dos aportes acompanha o ritmo de crescimento da empresa no País e o potencial ainda elevado de expansão do e-commerce.

"A penetração ainda está na casa de 16% a 17%, bem abaixo de outros mercados, e a gente vê um potencial muito grande de crescimento", afirmou em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Nesse contexto, a expansão logística aparece como um dos principais pilares do plano, com foco na ampliação da capacidade nas

unidades já existentes e na abertura de operações em novas regiões.

O executivo afirmou ainda que o avanço do setor depende da melhora da experiência do consumidor e da ampliação de categorias ainda pouco digitalizadas, como alimentos e bebidas, além do crescimento da oferta de crédito. "É uma combinação de mais sortimento, melhor experiência e logística mais rápida que deve impulsionar a migração do consumo do offline para o online", disse.

No braço financeiro, o Mercado Pago deve seguir como uma das principais frentes de investimento, com foco na expansão do crédito para consumidores e pequenas e médias empresas.

IstoÉDinheiro